



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

A4 GERAL

Correio de Sergipe • Aracaju
quinta-feira • 23 de junho de 2016

MPE e MPF querem que zoológico seja interditado

Ministérios Públicos ajuizaram ação contra a administração do Parque da Cidade

No dia 04/06 deste ano, o Jornal Correio de Sergipe (CS) publicou uma matéria destacando a possível falta de licença de funcionamento, bem como a indecisão existente sobre quem era responsável pela fiscalização do Zoológico de Aracaju, situado no Parque da Cidade. O intuito da matéria era provocar os órgãos competentes para que as possíveis irregularidades fossem corrigidas. A estratégia funcionou. O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público Estadual (MPE) ajuizaram uma ação civil pública contra a administração do parque nesta semana, pedindo a interdição temporária até a correção de todas as irregularidades identificadas. A ação pede também uma liminar para que sejam realizadas correções urgentes em seu funcionamento e estrutura no prazo de 30 dias.

Na época da matéria, o CS procurou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema) e a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro) – administradora do Parque como um todo – e nenhum deles afirmou ser responsável pelo Zoológico, tão



Na ação, o MPE e o MPF afirmam que autorização para manejo da fauna no zoológico de Aracaju está irregular

pouco souberam falar sobre a existência ou não de licença para funcionamento. Só foi percebido o bom e velho jogo de empurra.

• Documentos

MPE e MPF afirmaram em sua ação que a Emdagro “não encaminhava ao Ibama, documentos obrigatórios sobre a fauna mantida em cativeiro há vários anos e, além disso, sua autorização para manejo da fauna silvestre está irregular. Do mesmo modo, a instituição não completou o processo de licenciamento ambiental perante a Adema”.

Sobre a licença, o diretor administrativo financeiro da Emdagro, Sérgio Guerra, afirmou que o documento realmente ainda não foi concedido. “Para ter essa licença seria

preciso refazer o esgotamento dos dejetos dos animais. Esse projeto já está pronto há cinco anos, não foi construído por falta de recursos, é uma obra muito cara”, explicou.

Sérgio ainda garantiu que atualmente existe um tratamento dos dejetos. “As normas são atendidas através de fosse séptica. Acreditamos que essa obra não seja prioridade num momento de escassez de recursos e sem essa obra não conseguimos a licença”.

• Higiene

A ação ainda destacou como inadequações “a higienização do ambulatório, retirada dos animais mantidos para alimentação dos demais ao lado da quarentena, local de recuperação dos doentes e recém-chegados, a contratação de

biólogo, a realização de convênio com laboratório para realização de exames e retirada de animais mantidos em recintos improvisados como jaulas e gaiolas no setor extra, dentre várias outras irregularidade”.

Sobre estas constatações, Sérgio afirmou que “sabemos que precisa de melhoramentos, mas as normas de segurança, tanto dos visitantes quanto dos animais, são respeitadas. Não temos o interesse de ficar irregular ou oferecer risco aos animais e população”.

Tanto Adema quanto Ibama e Emdagro tiveram 72 horas para reunir a documentação. O prazo acaba hoje, a partir daí a Justiça Federal, onde a ação está tramitando, decidirá os próximos passos do caso.



**SOBRE A LICENÇA,
REPRESENTANTE
DA EMDAGRO DIZ
QUE O DOCUMENTO
REALMENTE AINDA
NÃO FOI CONCEDIDO**